MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

17 DE JUNHO DE 2014

ACTA Nº 13

------Aos dezassete dias do mês de Junho do ano de 2014, nesta vila de Arganil, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Ricardo João Barata Pereira Alves, e com a presença do Senhor Vice-Presidente, Luis Paulo Carreira Fonseca da Costa e dos Senhores Vereadores, Paula Inês Moreira Dinis, Maria da Graça dos Prazeres Ferreira Lopes, António Luis Júlio da Fonseca Sêco, Eduardo Miguel Duarte Ventura e João Pedro Travassos de Carvalho Pimentel e comigo, Carla Maria Conceição Rodrigues, Coordenadora Técnica.----------

------Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram dez horas e trinta minutos.----------

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

------Teve a palavra o Senhor **João Emanuel Frias Martins**, residente em S. Martinho da Cortiça para falar de um assunto que abordou na última reunião de Câmara em que esteve presente: agradecer e reconhecer o trabalho que já foi feito acerca do arranjo das estradas na freguesia de S. Martinho da Cortiça;----------
------Também para reconhecer e agradecer as obras na ETAR de S. Martinho da Cortiça, que vão iniciar-se em breve, bem como um agradecimento pelas pavimentações na freguesia de S. Martinho; já foram feitas na Urgueira e para a semana será na Ponte da Mucela.----------
------Abordou ainda outro assunto, acerca da velocidade excessiva com que os carros passam na estrada do Ramal de Pombeiro, para cortar para o Maladão, sugerindo que sejam colocadas umas lombas para reduzir a velocidade.----------
------Falou também da sinalização e da marcação do eixo rodoviário, referindo que encontram-se muito degradados e inexistentes nalgumas zonas, respectivamente; referiu ainda que tem havido alguns acidentes pois é uma zona de bastante nevoeiro que, sem marcações na estrada e sem sinalização adequada, agrava a situação.-------

MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

------O Senhor João Emanuel disse ainda que, em representação do Grupo Desportivo de S. Martinho da Cortiça, agradece o apoio financeiro que a Câmara tem dado e pede que seja fornecido um camião de pó de pedra para o campo de futebol, pois fizeram obras recentemente em virtude do piso ter avagado com as chuvas.----------

------O Senhor **Presidente** começou por agradecer as palavras do Senhor João Emanuel e referiu que "relativamente à sinalética da EN 17 podemos alertar a Estradas de Portugal para a situação.----------
------Relativamente ao pedido de apoio para o Grupo Desportivo de S. Martinho da Cortiça, isso tem que ser inserido nas regras do Regulamento de Concessão de Benefícios Públicos; tem que haver um pedido formal do Grupo Desportivo, neste caso não é um apoio financeiro directo, é um apoio em materiais, para depois a Câmara Municipal poder desenvolver todo o processo para poder conceder este material. Há abertura da nossa parte, mas temos que seguir esse caminho; façam chegar o pedido formal para podermos dar andamento ao processo."----------

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

------Pediu a palavra o Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** referindo que "a minha intervenção decorre de um conjunto de intervenções que foram feitas na última Assembleia Municipal, na sequência da intervenção do Deputado Fernando Maia Vale; começo por dizer que, desde que tenho alguma responsabilidade política no concelho, seja ao nível da Assembleia Municipal, seja ao nível do Executivo da Câmara Municipal, tenho tentado e temos dado provas de que não temos nenhum princípio de obstaculização ou de crítica fácil ou demagógica à actividade do Executivo Municipal e não temos qualquer complexo em acordar, concordar ou votar a favor, sempre que nos parece que os interesses dos arganilenses e do concelho estão defendidos e isso tem acontecido diversas vezes; no entanto, isso não nos inibe muitas vezes e é esse o papel dos Deputados e dos Vereadores Municipais, de trazer à discussão, nos Fóruns indicados, um conjunto de situações que nos parece que carecem de resolução, estudo, no sentido de uma melhoria das condições de vida, digamos assim, das populações do nosso concelho. Vem isto a propósito de um conjunto de críticas que o Deputado Fernando Maia Vale fez na última Assembleia Municipal, em que elencou um conjunto de situações que, no seu e no nosso entendimento, carecem de resolução. Não vi, na intervenção do Eng.º Maia Vale nenhuma crítica destinada aos Presidentes de Juntas, como foi entendido por algumas das intervenções que se seguiram e nesse sentido gostava de reafirmar que, do ponto de vista pessoal e institucional, temos o maior respeito pelos Presidentes das Juntas de Freguesia, que fazem e têm feito um trabalho notável ao longo de décadas no nosso concelho. Mas como o Presidente da Câmara costuma dizer, e bem, não há ninguém nem instituições acima de qualquer

crítica; essa é a essência da Democracia. Vi na intervenção do Deputado Maia Vale um uma perspectiva positiva de alertar as instituições, neste caso a Câmara e a Assembleia Municipal, para as situações que nos parece carecerem de resolução. Falou das vias, das praias fluviais, da sinalética, tantos e tantos assuntos já por nós todos aqui abordados. Há situações que eventualmente nem têm resposta ao nível das Juntas de Freguesia, se calhar nalguns casos deveriam ter uma justa resposta ao nível da Autarquia, ou até muitas vezes ao nível do Poder Central. Não vi nenhuma resposta às questões colocadas pelo Deputado Maia Vale no sentido de dizer em que ponto estava a solução para algumas das questões tão importantes que ele colocou.--
------Nesse sentido gostava de deixar aqui este registo, de que não houve, no nosso entendimento, qualquer motivação para uma crítica fácil aos Senhores Presidentes de Junta, ainda que acho que não há ninguém acima da crítica; essa é a essência da Democracia e é também por esse motivo que os assuntos devem ser trazidos nos Fóruns próprios e foi o caso da última Assembleia Municipal. Deixava aqui este registo porque não gostava que estivéssemos na presença da velha imagem de que não se gosta da mensagem, mata-se o mensageiro; não é isso que está em causa. Houve um elencar de situações que carecem de resolução, a Câmara e a Assembleia Municipal ao tomarem conhecimento têm apenas, e só, que tentar dar resposta, programar, calendarizar, a resolução. Temos bem presente que Roma e Pavia não se fizeram num dia, mas daí a que qualquer elencar de situações que afecta o nosso concelho seja considerado uma crítica fácil, não concordo e daí a minha intervenção hoje.----------
------O segundo aspecto que queria focar também tem a ver com intervenções que foram feitas na Assembleia Municipal, mas relativamente ao Teatro Alves Coelho, situação várias vezes aqui debatida; gostava de perguntar ao Senhor Presidente se, depois das últimas informações que nos têm sido aqui prestadas atempadamente, houve alguma evolução dos contactos que têm tido com a Misericórdia no sentido de se saber se se concretiza aquilo que o Senhor Presidente disse na última reunião, isto é, de uma pertença vontade da Misericórdia de reaver o edifício do Teatro Alves Coelho, sendo que a grande preocupação que temos é que seja a solução futura o projecto de requalificação; a intenção de requalificação do Teatro Alves Coelho não deve ser posta em causa; nesse sentido gostava que o Senhor Presidente nos pudesse informar para sabermos se aquele projecto que já foi trazido pode ou não sofrer algum constrangimento."----------

------Usou da palavra o Senhor **Presidente** referindo que "gostaria que as reuniões de Câmara que se seguem às Assembleias Municipais não fossem espaços de comentário semanal; para isso temos ao sábado à noite um espaço de comentário semanal no canal 3, depois no domingo à noite temos dois espaços de comentário semanal no canal 1 e no canal 4 e julgo que era dispensável que as reuniões de Câmara fossem para comentar o que se passa na Assembleia Municipal, até porque as pessoas e as Bancadas que estão na Assembleia Municipal têm toda a suficiente capacidade para se defender, não precisam que seja num delay de 3 dias que depois se venha defender aquilo que não se conseguiu defender na Assembleia Municipal. Como o Senhor Vereador disse, ninguém está acima da crítica e, neste caso concreto, nem o Poder nem a Oposição. Com a mesma legitimidade com que os Senhores Deputados do Partido Socialista e os Senhores Vereadores podem criticar quem

exerce o poder e quem é maioria no concelho, também a maioria tem toda a legitimidade para criticar a Oposição e a forma como muitas vezes, pouco condizente com o respeito e a lealdade institucional que deve existir entre todos os órgãos do poder local, para concretizar esse tipo de críticas. Gostaria de deixar esta nota de que não me parece que a reunião de Câmara deva ser o espaço para avaliar ou não aquilo que se passa na Assembleia Municipal."----------

------Pediu a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** dizendo que "relativamente a esta intervenção do Senhor Presidente, não tendo os Vereadores do Partido Socialista oportunidade de poderem manifestar-se na Assembleia Municipal, não entendo esta intervenção do Senhor Vereador João Pedro Pimentel, que acompanho na integra, como um comentário semanal; apenas trouxemos aqui a outro órgão do Município a nossa opinião sobre aquilo que se passou nesse órgão que é a Assembleia Municipal. Não vejo porque não possamos discutir aqui, já que são dois órgãos distintos, com legitimidades próprias, porque emanam de eleição directa dos eleitores, a nossa visão e entendimento sobre aquilo que se passa na Assembleia Municipal e que é essencial para o Concelho e para os Arganilenses.----------
------Gostaria ainda de abordar outros assuntos; começo por felicitar, até porque foi um assunto que debatemos aqui no anterior mandato, tendo-se todo o Executivo associado a uma proposta que o Partido Socialista apresentou, que tem a ver com a consolidação da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital na nossa região; quero saudar a decisão tomada recentemente que confirma os vários cursos que aí vão ser desenvolvidos, que são importantes para todo este território, para a qualificação dos nossos recursos humanos mas, sobretudo, para podermos assumir esta região como uma região inovadora, uma região criativa e que vá ao encontro das perspectivas da União Europeia, de promover um crescimento inteligente, sustentado e inclusivo. Saudar esta recente decisão, esperando que estejam ultrapassadas as "nuvens negras" que pairavam sobre o futuro dessa escola.-
------Queria relembrar o Senhor Presidente, que pedimos elementos sobre os custos de funcionamento da Cerâmica Arganilense na reunião do passado dia 16 de Março, sendo que nas reuniões seguintes foram-nos dadas algumas justificações, mas já passaram 3 meses e ainda não nos foi facultada essa informação que é importante para aqui a debatermos. ----------
------Aproxima-se o Verão, uma época em que as nossas vias vão ter uma carga de veículos muito superior ao normal e ao resto do ano e todos nós sabemos o estado em que muitas das estradas do nosso concelho se encontram, mas chamava a atenção para duas ou três vias, onde julgo ser necessária uma intervenção prioritária e muito célere: a ligação Benfeita – Pardieiros, que é uma via turística estruturante, a Câmara há cerca de 4 - 5 anos fez uma intervenção de louvar e aí estamos ao lado da Câmara para evidenciar aquilo que está bem, a ligação Monte Frio – Mata da Margaraça, mas se tínhamos essa estrada na altura em péssimas condições e a ligação Benfeita – Pardieiros transitável, agora inexplicavelmente passa-se o contrário; Outra estrada muito importante para estas ligações intermunicipais, dentro do próprio concelho mas também de ligação ao exterior, é a estrada entre Piódão e Chãs d'Égua, que está em péssimas condições e, por ultimo, tal como foi alertado na última Assembleia Municipal pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Cepos

e Teixeira, também chamo a atenção para um conjunto de vias na freguesia dos Cepos, nomeadamente a ligação entre Cepos e Colmeal que faz parte de um eixo estratégico do Vale do Ceira, para a qual seria necessária uma maior atenção, numa época em que todas estas estradas irão ter uma pressão de tráfego muito superior.---
------Relativamente às Praias Fluviais, saber se as mesmas vão ter a segurança, o conforto da presença de nadadores-salvadores com qualificação, que prestem apoio aos seus utilizadores. ----------
------Ainda relativamente à qualidade da água, solicitávamos a disponibilização dos relatórios das análises relativas ao ano de 2014, visto que no site da Câmara apenas estão disponibilizadas as análises efectuadas até Dezembro de 2013 e, de acordo com o contrato que foi celebrado com a empresa que faz as análises, até ao dia 20 do mês seguinte estas têm que estar disponíveis, gostávamos de ter conhecimento destes relatórios das análises das captações de água do nosso concelho."----------

------Teve a palavra o Senhor **Vice-Presidente** dizendo que "a primeira parte da minha intervenção, de certa forma, fica prejudicada pela intervenção do Senhor Presidente, uma vez que disse praticamente tudo aquilo que eu pretendia dizer, nomeadamente sobre a Assembleia Municipal; posso assinar por baixo; partilho da opinião e da citação relativamente ao facto de não haver ninguém acima da crítica e, ao mesmo tempo, também tenho que relembrar o direito ao contraditório; são dois aspectos que fazem parte da Democracia e ninguém tem que se sentir melindrado por isso. Quando após a penúltima Assembleia Municipal se veio aqui falar do que tinha lá acontecido, e o Senhor Presidente aproveitou para centrar a discussão da Câmara Municipal, reconheci e reconheço que tem toda a razão naquilo que referiu e no alerta que suscitou; parece-me que as pessoas na Assembleia Municipal terão toda a capacidade para criticar e para se defender e, volto a repetir, concordo com o centrar da nossa discussão nos aspectos que têm mais a ver com as nossas competências e não com estar a defender A, B, ou C, de acordo com aquilo que aconteceu na Assembleia Municipal.----------
------Relativamente à intervenção do Senhor Vereador Miguel Ventura, aproveito para lhe apresentar as minhas desculpas pelo documento não ter sido entregue, já o tenho comigo e posso enviar-lho por e-mail ou, se preferir, posso entregar-lho em papel.----
------Relativamente ao estado das vias, temos noção que algumas intervenções são urgentes, mas também temos noção das dificuldades financeiras com que nos confrontamos; como sabe, todos os anos e sistematicamente são desenvolvidas um conjunto de intervenções de reabilitação da rede viária. Concordo e partilho da preocupação que manifestou, particularmente no que diz respeito à ligação Benfeita – Pardieiros, aliás, recuaria um pouco mais e não só Benfeita – Pardieiros mas a partir do cruzamento da Portelinha, pois aquele troço também não está famoso. As intervenções que foram efectuadas naquele eixo – primeiro a intervenção dentro da Mata da Margaraça, com o calcetamento que foi promovido pelo ICNF e posteriormente o outro troço, que faz a ligação passando pelo Monte Frio - inserem-se naquilo que era a nossa visão estratégica relativamente àquela ligação, porque aquele é um canal preferencial, com muita apetência turística e que deve ele próprio fazer a ligação às partes mais altas do concelho, particularmente ao Piódão. Esta ligação está elencada, faz parte das nossas preocupações e terá entretanto que ser executada.----

------Relativamente às análises da água, vou solicitar aos serviços para que as disponibilizem."----------

------Usou da palavra o Senhor **Presidente** referindo que "relativamente à intervenção do Senhor Vereador Miguel Ventura, sobre a ESTGOH, quero dar nota da nossa satisfação por o Governo e o Governo neste caso concreto tem sido particularmente amigo da Beira Serra e do concelho de Arganil e de Oliveira do Hospital, ter criado condições para que os cursos possam ficar; nesse sentido também há uma tomada de posição pública das Câmaras de Arganil, Oliveira do Hospital, Góis, Pampilhosa da Serra e Tábua, a congratularem-se com esta situação. Percebemos que nem sempre o caminho foi este, nomeadamente da parte do Instituto Politécnico de Coimbra, mas ficamos satisfeitos pela decisão tomada pelo Senhor Secretário de Estado, no sentido de confirmar os cursos que a ESTGOH proporciona e que são importantes para a nossa região, uma vez que defendemos que a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital não tem apenas uma dimensão concelhia, tem uma dimensão regional e ficamos satisfeitos com isso.----------
------Uma breve nota relativamente às estradas; todos temos conhecimento do estado das vias que o Senhor Vereador Miguel Ventura elencou, estamos a tentar desenvolver ações que vão melhorar a sua situação, não a definitiva, porque essa requer um investimento maior e que está a ser devidamente planeada, mas no caso da ligação Benfeita – Pardieiros, já foi iniciado algum trabalho para melhorar o estado da via e ele vai prosseguir de maneira a poder comportar o aumento de tráfego que ocorre sempre nesta altura do ano.----------
------Relativamente às praias fluviais, as que têm essa designação formal têm uma gestão que, no caso de Côja e no caso de Pomares, é da Junta de Freguesia que normalmente assegura a presença de vigilantes na praia fluvial. Para resolver este problema para situações futuras, estamos a organizar um curso de nadador – salvador, no sentido de dotar mais pessoas com essa formação para poder prestar o serviço nas praias fluviais do concelho e nos concelhos vizinhos, porque temos inscritos também de outros concelhos.----------
------Relativamente ao Teatro Alves Coelho, a intervenção que fiz na Assembleia Municipal tem a ver com alguma incerteza e alguma oscilação relativamente à posição dos dirigentes da Santa Casa da Misericórdia de Arganil; foi assinado um contrato de direito de superfície em 2008, por 50 anos, em que a Câmara Municipal teria que apresentar uma candidatura a fundos europeus até Dezembro de 2013, e já explicámos porque é que isso não aconteceu, pois apesar de estar sinalizada no plano estratégico do Pinhal Interior Norte, não houve abertura de concurso para a tipologia da rede de equipamentos culturais que era onde se inseria a requalificação do Teatro Alves Coelho; a Santa Casa da Misericórdia vem, numa missiva que nos enviou, dizer que não aceita essa justificação, uma vez que não estava referido no contrato se a candidatura era da rede de equipamentos culturais ou outro tipo de tipologia e quer saber o valor das rendas que foram arrecadadas e não diz muito mais que isso e fica a dúvida se estarão ou não a ponderar solicitar que a Câmara lhe devolva o Teatro Alves Coelho. Aquilo que acho que não podemos fazer é perder tempo; a Câmara Municipal apresentou à Santa Casa da Misericórdia o seu Plano relativamente ao

Teatro Alves Coelho, concretizá-lo de forma faseada até ao final do mandato; é esse o nosso compromisso, haja ou não fundos comunitários. Se houver espaço para uma candidatura a fundos comunitários não deixaremos de a fazer, mas não podemos continuar com esta incerteza porque estamos a fazer o projecto e se, porventura, a Santa Casa da Misericórdia quer que o Teatro seja devolvido, não vamos perder tempo. É esse o desafio público que faço aos dirigentes da Santa Casa da Misericórdia, que andam muito preocupados com o Teatro mas também se deviam preocupar por exemplo com a Escola Adães Bermudes ou com o Pavilhão, e aí já não me parece que exista tanta preocupação; queremos muito e que não fiquem dúvidas sobre a vontade da Câmara de requalificar o Teatro Alves Coelho, temos um plano para o efeito e estamos a fazer um projecto para o efeito; que os dirigentes da Santa Casa sejam claros e que digam concretamente se querem o Teatro de volta; se quiserem o Teatro de volta, a Câmara Municipal seguramente que entrega as chaves e também entregará o valor das rendas que recebemos desde 2008; que não fiquem dúvidas porque esse dinheiro está depositado em conta bancária porque era para ser utilizado para a manutenção do edifício, depois dele estar recuperado. Gostava que esta questão ficasse esclarecida.----------
------Sobre a Escola Adães Bermudes, o que queremos saber é se há ou não capacidade e vontade de concretizar a obra, sob pena de podermos ter que estudar outras soluções."----------

------Pediu a palavra o Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** dizendo que "reafirmo aquilo que disse; acho que estes espaços Antes da Ordem do Dia são dos momentos mais ricos que aqui se passam nestas nossas reuniões; foi aqui que o Presidente da Câmara nos trouxe os projectos do Paço Grande, do Teatro Alves Coelho, que falou do Plano Estratégico do Pinhal Interior, assuntos devera importantes que normalmente não estão espelhados noutros pontos da Ordem de Trabalhos; é natural que nos debrucemos e traçamos aqui para discussão aspectos reais e mais interessantes para a política do nosso concelho. Muitas vezes essa apreciação coincide com assuntos que são tratados na Assembleia Municipal e eu trarei nos periodos Antes da Ordem do Dia aqueles que me parecem ser os assuntos mais importantes para a vida política local do nosso concelho e não vejo qual é o problema de aqui se comentar, discutir, criticar, confrontar posições daquilo que foi tratado na Assembleia Municipal, sabendo que há separação de poderes e que um órgão respeita o outro. Nesse sentido reafirmo aquilo que disse, que trarei sempre aqui os assuntos que me pareçam interessantes para discutirmos, sob pena de questões levantadas na Assembleia Municipal ficarem sem qualquer tipo de resposta, porque aquilo que foi dito na Assembleia Municipal foi que o Deputado Fernando Vale trouxe um conjunto de situações que eram um ataque aos Presidentes das Juntas de Freguesia; já disse e repito, que não vi na intervenção do deputado Fernando Vale qualquer uma dessas intenções, mas mais grave do que isso, é que não vi nenhuma das questões que ele apresentou serem respondidas, nem pelos Presidentes das Juntas nem pelo Senhor Presidente da Câmara."----------

------O Senhor **Presidente** referiu que "ninguém pôs em causa a total legitimidade para trazer as questões que quiser à Reunião de Câmara, designadamente os assuntos como o Teatro Alves Coelho como aqui referiu e bem, isso não está em

causa; o que está em causa é o Órgão Câmara Municipal discutir e comentar as intervenções dos Deputados na Assembleia Municipal. Sobre as matérias e sobre os assuntos em concreto acho que devemos discutir tudo aquilo que for considerado de interesse e partilho da sua opinião, de que é importante discutir estes assuntos na Câmara, mas qualificações e apreciações sobre o comportamento dos Deputados na Assembleia Municipal, seguramente não me parece o local mais adequado para o fazer."----------

------Pediu a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** dizendo que "relativamente à intervenção do Senhor Vice-Presidente, quando referiu que temos todos consciência do periodo em que vivemos, de dificuldades financeiras, acompanho essa preocupação e por isso mesmo hoje não trouxe aqui um conjunto de outras intervenções que são necessárias no nosso concelho, identifiquei apenas duas ou três que entendo serem prioritárias, já vi que nesse aspecto, tanto o Senhor Presidente como o Senhor Vice-Presidente me acompanham na necessidade do arranjo destas duas ou três vias que foram sinalizadas para o periodo que se avizinha; sabemos que não há dinheiro para tudo e há que priorizar essas intervenções, embora tenham existido recursos para outros investimentos.----------
------Aproveito para questionar uma opção que está a ser tomada pelo Executivo, que é a redução significativa do endividamento líquido; quando discutimos aqui o Relatório de Actividades de 2014 já tive oportunidade de chamar a atenção para este aspecto, sabemos que é importante reduzir a dívida, aquilo que devemos a terceiros, nomeadamente a fornecedores, para lhes dar capacidade económica nestes momentos de dificuldade, de modo a prosseguirem a sua actividade, mas o que questionamos é se não poderá haver um compromisso entre redução da divida e promoção de investimento e não assistirmos a uma redução de 38% no endividamento líquido, entre 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Maio de 2014, acreditando que estes números estejam correctos, e ao mesmo tempo poderem ser executadas outras obras essenciais para o bem-estar das populações;----------
------Pergunto ainda qual é a opinião, introduzindo a sua discussão neste fórum, relativamente à criação do Fundo de Apoio Municipal, que preconiza que os Municípios cumpridores apoiem as dividas dos Municípios com dificuldades financeiras. Ou seja, há municípios que estão a fazer um esforço no sentido de serem bons pagadores, no sentido de reduzirem as dívidas, porventura não assumirem compromissos para que a saúde das suas contas seja positiva mas, ao mesmo tempo, estão a prejudicar os seus Munícipes já que terão contribuir com recursos próprios para outros municípios onde não houve esses mesmos cuidados. Sou da opinião que a criação deste fundo de apoio municipal não vem valorizar, incentivar e até motivar todos aqueles municípios que fazem um esforço no sentido de acompanharem a situação que o país atravessa, devendo a solidariedade ser manifestada pelo Governo, através de outras medidas junto dos Municípios em dificuldades."----------

------Teve a palavra o Senhor **Vice-Presidente** dirigindo-se ao Senhor Vereador Miguel Ventura, e dizendo "deixe-me fazer uma intervenção, primeiro em jeito de brincadeira, antes de falar a sério: esta questão do endividamento, em tempos foi um

problema porque era muito elevado, agora parece que é problema ele ser muito baixo; não deixa de ser curioso.----------
------Falando agora a sério; relativamente à problemática do endividamento, já tive oportunidade, desde a primeira hora, de me referir a ele; está intimamente relacionado com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso; esta lei, como sabem, implica um conjunto de obrigações muito apertadas para as entidades públicas, sem excepção, com o cumprimento muito rigoroso de um conjunto de regras para a assunção de despesa, que, em alguns aspectos, são regras anacrónicas. Repetindo aquilo que já disse duas ou três vezes, partilho e subscrevo integralmente aquilo que é o objectivo definido na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso; a regra e o objectivo que estão subjacentes àquela lei é que as entidades públicas cumpram com as suas obrigações atempadamente; aquilo que é o princípio da lei é que não haja entidades públicas que demorem mais de 90 dias, após o vencimento das facturas, a cumprirem as obrigações, ou seja, a pagar aos seus fornecedores, aos seus empreiteiros, aos seus prestadores de serviços. Este objectivo e este pressuposto é algo que subscrevo, é algo que partilho e que defendo há muitos anos. Devo dizer a este respeito - e há estudos publicados relativamente a esta matéria, com estatísticas relativas às insolvências provocadas pelas práticas danosas a nível de pagamentos: o facto das entidades públicas cumprirem as suas obrigações a tempo e horas contribui para o correcto funcionamento da economia, para as empresas manterem a sua actividade, para terem uma situação saudável, porque de outra forma, quando os devedores, sejam entidades públicas ou sejam entidades privadas, não cumprem com as suas obrigações a tempo e horas, particularmente em prazos normais, todos sabemos que isso tem consequências, ou seja, haverá empresas que terão dificuldades financeiras, empresas que entrarão em insolvência, essas insolvências provocarão outras insolvências; todos concordamos que os pagamentos em atraso são uma prática danosa. O problema da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso é que define um conjunto de regras que não têm rigorosamente nada a ver com o objectivo do pagamento no prazo de 90 dias. Devo esclarecer que, mensalmente, faz-se a projeção das receitas dos 90 dias subsequentes, com uma fórmula rigorosa, e, ao mesmo tempo, prevêem-se as despesas para os 90 dias subsequentes. Aqui está tudo correcto; o que não está correcto é que se há uma empreitada que vai durar 6, 7 ou 8 meses, do ponto de vista formal, deve consignar-se o valor para esses meses naquele momento, quando sabemos que não vai ser com as receitas daqueles 3 meses que esses valores vão ser pagos. Isto para dizer que todos os meses, no cálculo dos fundos disponíveis e rigorosamente, esgotamos os meios financeiros disponíveis nesta óptica; levamos sempre este exercício ao limite, ao ponto de andarmos quase a fazer o exercício do cêntimo; a aplicação da Lei dos Compromissos depois provoca esse tipo de situação, que não tem rigorosamente nada a ver com o pagamento a 90 dias. Volto a repetir que, desde o primeiro dia que critico esta parte em concreto da aplicação desta lei, porque parece que ela foi concebida por pessoas que não têm conhecimentos financeiros e que não sabem sequer o que é um orçamento de tesouraria e depois dá nisto.”----------

------Usou da palavra o Senhor **Presidente** referindo que "relativamente ao Fundo Municipal, a primeira proposta do Governo sobre esta matéria era que os municípios suportassem sozinhos a criação deste fundo de apoio municipal, ou seja, haver um rateio pelos municípios para constituir o fundo e depois poderem emprestar o dinheiro aos municípios que passam por maiores dificuldades, uma espécie de fundo de resgate que se aplicaria às Autarquias, como se aplicou o mecanismo de assistência económica e financeira ao país. Também aí, os países cumpridores tiveram que emprestar a Portugal e nós próprios também, no resgate de que foi alvo a Grécia, também tivemos a nossa comparticipação. Entretanto tem havido negociações entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses e neste momento a proposta que está em cima da mesa é 70% dos municípios e 30% da Administração Central, para a constituição de um fundo de 600 milhões de euros. O Governo propôs à ANMP que houvesse um acordo político neste âmbito, ou seja, não negociar apenas a questão do FAM mas negociar outras matérias interessantes para a administração local; falamos da própria Lei dos Compromissos haver alguma flexibilização no sentido de a ajustar à realidade e não causar graves problemas que estavam a acontecer, recordo-me por exemplo que há municípios que não podiam contratar refeições escolares ou transportes escolares ou outras actividades da ação social escolar por causa da lei dos compromissos; há aqui uma intenção de ajudar a resolver essas situações.----------

------Há ainda outra situação que é a dos Presidentes de Câmara que tomaram posse há 9 meses e depararam-se com uma situação terrível, do ponto de vista financeiro, sem fundos disponíveis, que têm a situação das suas Câmaras ingovernável. Tentar encontrar uma solução também nesse domínio. Foi celebrado um acordo de princípio com a Associação Nacional de Municípios, nomeadamente com o seu Conselho Directivo e com a presença de elementos dos diferentes partidos, do PSD, do PS e do PCP; o PCP disse logo que não subscreveria eventual acordo político, mas também foi dado o dito pelo não dito por parte desses membros, sobretudo os do Partido Socialista que estavam nessa reunião em que foram acertados os termos de um acordo que previa inclusive que este fundo não fosse 70% - 30% mas 50% - 50% e para além disso havia a questão da Lei dos Compromissos e outra questão também importante, o fim da obrigatoriedade dos municípios terem que reduzir 2% ao ano no número de funcionários, voltarmos a uma fórmula original que era a limitação da despesa com pessoal em função de uma percentagem da receita corrente e o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios formalmente não fez nenhuma proposta, o Conselho Geral recomendou que se continuassem as negociações e as coisas estão neste ponto e hoje à tarde haverá Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, a fim de tomar uma decisão definitiva sobre o assunto, se bem que me parece importante que estas questões sejam pensadas, porque os 50% ou os 70% têm impacto financeiro para os municípios; quero recordar que temos uma projeção se for nos 70%-30% o Município de Arganil terá que em 5 anos desembolsar 900 mil euros e se porventura houver acordo, estamos a falar de uma taxa de esforço de sensivelmente metade uma vez que não será em 5 anos mas haverá a possibilidade de ser em 6 ou 7, poderemos estar a falar de cerca de 90 mil euros por ano. Isto é algo que nos deixa preocupados, pessoalmente julgo que este fundo de resgate das autarquias devia ser assegurado unicamente pela Administração

Central, mas também entendo que no quadro da negociação em que há outros aspectos que podem ser negociados, acho que os municípios também têm que manifestar abertura para chegar a um entendimento com o Governo de maneira a serem penalizados o menos possível neste processo."----------

------Teve a palavra o Senhor **Vice-Presidente** referindo que "relativamente ao Fundo de Apoio Municipal, partilho de certa maneira da opinião do Senhor Presidente e do Senhor Vereador Miguel Ventura, relativamente ao esforço que é pedido aos municípios que até nem estão numa posição financeira tão favorável quanto isso para apoiarem aqueles que estão numa posição financeira francamente má; há aqui uma atipicidade na forma como este fundo está a ser definido, porque quem participa com o maior envelope financeiro deste fundo, que terá autonomia administrativa e financeira e a forma de sociedade anónima, são os municípios, mas quem manda é o Estado. É fácil fazer as coisas com o dinheiro dos outros e depois ter os poderes de gestão. Vale também a pena referir a questão de ser mais ou menos justo o esforço que é solicitado a alguns; o Orçamento de Estado em vigor prevê que quem não tem pagamentos em atraso têm que fazer uma aplicação junto do instituto de gestão e do crédito público equivalente às reduções remuneratórias. É uma forma um bocado estranha de premiar os cumpridores, sendo que o acórdão recente do Tribunal Constitucional resolveu este assunto."----------

ORDEM DO DIA

------O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:--

------**ORDEM DE TRABALHOS:**----------
------**Capítulo Primeiro – Aprovação de acta;**----------
------**Capítulo Segundo – Diversos;**----------
------**Capítulo Terceiro – Expediente;**----------
------**Capítulo Quarto – Requerimentos Diversos;**----------
------**Capítulo Quinto – Empreitadas;**----------

Capítulo Primeiro

Aprovação de Acta

------**PRIMEIRO:** Discussão e aprovação das **Actas nº 11 e 12,** correspondentes, respectivamente à reunião ordinária e à reunião extraordinária, realizadas nos dias **03** e **11** de **Junho** de **2014.**----------

MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

------Lidas que foram em voz alta, analisado o seu conteúdo e produzidos os esclarecimentos necessários, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **Acta nº 11,** correspondente à reunião ordinária realizada no dia **03 de Junho de 2014.**----------

------A Câmara Municipal deliberou ainda, por maioria, com a abstenção do Senhor Vice-Presidente, aprovar a **Acta nº 12**, correspondente à reunião extraordinária realizada no dia **11 de Junho de 2014**.----------

Capítulo Segundo

Diversos

------**PRIMEIRO**: Apreciação e votação de **concessão de autorização de utilização do edifício de apoio à praia fluvial do Valeiro do Barco.**----------

------Presente a informação INF/DGU/291, datada de 04/06/2014, do Técnico Superior Bruno Dinis, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais, fazendo parte integrante desta informação o Auto de Vistoria:----------

------Na sequência do pedido da Junta de Freguesia do Sarzedo para a concessão de autorização de utilização do edifício de apoio à praia fluvial do Valeiro do Barco, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 dezembro na redação dada pelo Decreto-lei 26/2010 de 30 de março, foi feita pela comissão de vistorias da câmara municipal a vistoria ao edifício no passado dia 8 de abril de 2014.----------
------Assim e conforme consta do auto de vistoria que aqui se anexa a referida comissão constatou no local que as instalações do edifício vistoriado se encontram em conformidade com o projeto aprovado em deliberação de reunião de câmara de 2 de outubro de 2007 e processo OP-LIC/98/2014.----------
------Mais se informa que as funções / utilizações a que o edifício de apoio se destina são as seguintes:----------
------Bar / estabelecimento de bebidas;----------
------Balneários e vestiários;----------
------Posto de primeiros socorros;----------
------Gabinete do vigilante / nadador salvador;----------
------Perante o exposto e para efeitos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n. 234/2007 de 19 de junho em conjugação com artigo 7.º do RJUE, **propõe-se a vossa exa. a submissão do auto de vistoria em anexo para aprovação da câmara municipal**, uma vez que se trata de um ato cuja competência cabe à Câmara Municipal.----------
------À Consideração Superior,----------

------**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 04.06.2014: *"À Reunião de Câmara".***----------

------Pediu a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** referindo que "gostaria de questionar se o caso da Praia da Cascalheira é semelhante a este, se houve alguma cedência; neste caso quem vai gerir é a Junta de Freguesia do Sarzedo?"----------

MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

------O Senhor **Presidente** informou que "no caso da Praia da Cascalheira o edifício e todo o espaço são da Câmara, há um contrato de comodato com a Junta de Freguesia e com a Associação de Jovens Chama Viva."----------

------A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Auto de Vistoria. Notifique-se. ----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.----------

------**SEGUNDO:** De **José Costa Duarte Mateus,** residente em S. Paio do Mondego, feirante, com lugar de venda na feira semanal de Arganil, a requerer que seja considerado o pagamento do terrado, referente ao terceiro trimestre do corrente ano, por conta do primeiro trimestre (já pago), uma vez que tem estado incapacitado de trabalhar, desde Janeiro até à presente data, conforme atestado médico que anexa, não tendo durante estes meses efectuado a feira semanal. ----------

------Presente a informação INF/DAGF SF/109, datada de 02/06/2014, do Assistente Operacional Elísio Simões, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:----------

------O Sr. José Costa Duarte Mateus, morador em S. Paio do Mondego, com lugar de venda do seu produto na Feira Semanal de Arganil, vem solicitar a Vª Exa, que o pagamento efetuado no 1º trimestre seja considerado para o 3º trimestre, uma vez que esteve de baixa médica, conforme documentação apresentada, não exercendo a referida atividade durante aquele período também confirmado pelo documento de presenças em anexo.----------
------Ora, de acordo com o Regulamento Municipal de Feiras e Mercados, o solicitado não tem enquadramento legal.----------
------No entanto, o artº 62º do citado Regulamento, refere que (…) " *Para a resolução de dúvidas e omissões que surjam na aplicação ou na interpretação das disposições do presente Regulamento é competente a Câmara Municipal ".*----------
------Assim, proponho a Vª Exa, que o presente pedido seja remetido á Reunião de Câmara para apreciação.----------
------À Consideração Superior,----------

------**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 03.06.2014: *"À Reunião de Câmara".***----------

------Analisado que foi o pedido, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar que seja considerado o pagamento do terrado, referente ao terceiro trimestre do corrente ano, por conta do primeiro trimestre, uma vez que por motivos de saúde tem estado incapacitado de efectuar a feira semanal desde Janeiro. Notifique-se.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.----------

MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo Terceiro

Expediente

------**PRIMEIRO:** Da **Caixa Geral de Aposentações**, com sede em Lisboa, ofício a comunicar o reconhecimento da aposentação do Assistente Operacional, **Artur José Oliveira Costa**.----------

------O Executivo tomou conhecimento da aposentação e deliberou, por unanimidade, desejar as maiores felicidades ao Senhor Artur José Oliveira Costa, na sua nova condição de aposentado e que esta nova fase da sua vida seja desfrutada com saúde e sorte.----------

------**SEGUNDO:** De **Natércia Abreu**, concessionária da cafetaria do Sub-Paço, Arganil, carta a solicitar que os custos que suportaram com energia eléctrica, para colmatar a falta de iluminação pública no espaço envolvente à cafetaria, sejam suportados pela Câmara Municipal.----------

------Teve a palavra o Senhor **Vice-Presidente** para esclarecer que "o que resulta do contrato de concessão assinado é que a energia eléctrica é da responsabilidade do concessionário, mas aquilo que confirmámos foi que, durante um determinado periodo, ocorreram no Sub-Paço uma sucessão de actos de vandalismo ao nível das luminárias existentes e isso provocou a iluminação pública e o concessionário, embora de forma que consideramos inadequada, porque não informou primeiro, colmatou essa falha colocando projectores que nos parecem exagerados para as necessidades; os serviços confirmaram que durante um determinado periodo a iluminação pública não esteve nas melhores condições e isto poderá ter enquadramento no suprimento dessa lacuna e considera-se adequado que o Município suporte dois terços da energia eléctrica deste periodo e o concessionário suporte uma terça parte."----------

------Pediu a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** referindo que "para as questões do vandalismo julgo que se deverá chamar a atenção da GNR, para um acompanhamento mais próximo a esta e a outras situações que se vão passando na vila e até no concelho.----------
------Também relativamente à questão do apoio público no Sub-Paço, ouvem-se muitas críticas por não haver um bebedouro onde as pessoas se possam refrescar e beber água, sendo "obrigadas" a ir à cafetaria sobretudo na época de Verão, e também a nível das casas de banho, onde esse apoio não existe.----------
------Estando nós a falar do Sub-Paço, pergunto se há alguma evolução relativamente ao processo judicial que está a decorrer relativamente aos problemas surgidos com aquela intervenção.----------
------Eram estas notas que gostava de deixar: chamar a atenção para a necessidade destas pequenas estruturas estarem operacionais e a questão do processo judicial."---

------O Senhor **Presidente** referiu que "o processo judicial está em curso, ainda não há nenhuma decisão do Tribunal sobre a matéria. Relativamente a esta questão das

casas de banho, temos chamado a atenção da GNR e mal elas abrem há logo vandalismo; elas foram reparadas, entretanto houve novos actos de vandalismo, que também aconteceram na iluminação pública. A GNR está alertada para estes factos, pois são coisas que nos preocupam. Relativamente aos bebedouros temos que analisar porque a sua execução está prevista."----------

------Analisada que foi a exposição da Senhora Natércia Abreu, produzidos os devidos esclarecimentos, bem como o proposto pelo Senhor Vice-Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que o Município suporte dois terços do total da energia consumida pela concessionária, até à data em que foram repostos os equipamentos do sistema de iluminação, tendo a concessionária de suportar um terço desses custos. Notifique-se. ----------

------Dê-se conhecimento de tal liberalidade à Secção Financeira, com vista à ulterior operacionalização da deliberação.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.----------

Capítulo Quarto

Empreitadas

------**PRIMEIRO: Beneficiação de Ligação Gândara – Sobreiral – Maladão – Covais – Urgueira – EN 17** – Proposta para aprovação do Auto de Recepção Definitiva de 30/05/2014, após correções efectuadas às anomalias e liberação da caução.----------

------Presente um exemplar do Auto de Recepção Definitiva, datado de 30/05/2014, do qual se anexa cópia à acta e se dá por reproduzido, para os efeitos legais. ---------

------Presente ainda a informação INF/DAGF/297, datada de 05/06/2014, da Técnica Superior Carla Neves, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.----------

------Analisados que foram os documentos supra a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade o seguinte:----------

------a) Homologar o do Auto de receção definitiva; ----------

------b) Aprovar para efeitos do disposto no n.º 1 do artº 229º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 2 de Março Liberação das cauções prestadas: ----------

1) Garantia bancária nº320.02.0566793 emitido pelo Banco Comercial Português, no valor de 78.820,58€, correspondente a 5% do valor de adjudicação e, ----------

2) Garantia bancária nº 125-02-0474498 emitida pelo Banco Comercial Português, no valor de 13.436,50€, correspondente a 10% do valor de adjudicação de trabalhos a mais;----------
3) Libertação das retenções efetuada nos pagamentos no valor de 70.142,25€.

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.----------

Capítulo Quinto

Delegação de Competências

------**PRIMEIRO:** Listagens dos despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, no uso dos poderes delegados em matéria **de Operações Urbanísticas.**----

------Foram presentes, para conhecimento, a informação nº INF/DGU/306/2014, datada de 12/06/2014, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à presente acta.----------

------A Câmara Municipal tomou conhecimento.----------

ENCERRAMENTO

------E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram onze horas e quarenta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente acta que eu, Carla Maria Conceição Rodrigues, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.----------